

Novas medidas. Uma delas: maior controle de preços.

Além da desindexação geral da economia (atingindo até a taxa de câmbio), o ministro do Planejamento, Delfim Neto, poderá adotar um controle mais rigoroso dos preços industriais. Segundo se soube ontem em Brasília, o ministro já deu instruções à Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) para que reestude o assunto.

Uma das possibilidades, admitida, ontem, pelo chefe da assessoria econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, ao deixar uma reunião no Palácio do Planalto, com o ministro do Planejamento e outros assessores, é alterar a Portaria nº 13 do CIP (Conselho Interministerial de Preços), estabelecendo em 80% da variação nominal das ORTN o teto máximo de reajuste dos preços industriais.

A Portaria nº 13, assinada em fevereiro, logo após a maxidesvalorização, fixou em 90% da variação nominal das ORTN o limite máximo de reajuste dos preços de uma lista de 273 produtos, com o propósito de evitar o impacto da abrupta desvalorização cambial no INPC e no cálculo da inflação. Segundo Ikeda, a prática demonstrou que muitos produtos tiveram seus preços reajustados abaixo do limite estabelecido pela Portaria nº 13, não apenas porque os custos cresceram menos, como em face das condicionantes do mercado.

Isso veio demonstrar que ainda é possível cortar um pouco, sem causar prejuízos às empresas, até mesmo porque, com a economia indexada, a correção monetária tende a crescer, refletindo o impacto inevitável dos reajustes dos preços dos produtos importados.

Essa alternativa, a da edição de nova portaria antes do término do prazo de vigência da Portaria nº 13, que expira a 31 de agosto próximo, reduzindo o nível máximo de rea-

juste permitido para os preços industriais de 90% para 80% da variação das ORTN, está sendo estudada pelo secretário da Seap e o secretário do CIP, mas ainda não há uma decisão a respeito.

Em princípio, a lista dos 273 produtos industriais seria reexaminada, dela excluindo-se os produtos que se revelaram competitivos e incluindo-se outros que, por força do regime oligopolizado em que são comercializados, estimulam um controle mais rígido.

Problema cambial

A desindexação continua nos planos dos ministros da área econômica e, segundo Akihiro Ikeda, o problema é como efetivá-la sem causar distorções maiores. Para ser politicamente viável, a desindexação terá de ser geral, mas o problema maior é como enfrentar o problema cambial.

Como a idéia da desindexação pressupõe uma redução substancial no crescimento das correções monetária, cambial e salarial, pois elas deixarão de refletir os efeitos dos reajustes dos preços dos produtos importados (petróleo e trigo), nela está embutida uma dificuldade relacionada com a exportação, que é uma correção do câmbio abaixo das necessidades de remuneração dos exportadores, distorção que se tornará mais evidente considerando-se que os juros do crédito à exportação foram elevados, como forma de reduzir os subsídios.

Para solucionar esse problema — desindexação total sem perda cambial para o exportador —, o remédio é uma nova maxidesvalorização compensatória, mas essa alternativa o governo até agora se recusa a seguir, por entender que seus efeitos serão ainda mais dramáticos para a economia, mesmo desindexada.